

A RCJ, durante o Carnaval de 2017 no Rio de Janeiro, através da Mestranda Anna Cecília Faro Bonan, esteve realizando entrevistas com diversos músicos e representantes de blocos. Confira:

ENTREVISTA COM ALBERTO AMERICANO FAIRBAIM¹²

RCJ: Como você analisa as relações entre cultura e direito no contexto brasileiro contemporâneo?

AAF: Do meu ponto de vista de músico, quando de fala em direito e cultura penso diretamente à questão dos direitos autorais e de execução, e às relações com contratantes, que por muitas vezes são informais, ou seja, sem contrato assinado. E são questões sempre nebulosas, aliás nunca um assunto sobre direito é facilmente conhecido ou explicado para aqueles fora do mundo jurídico.

RCJ: Qual o papel do Estado em relação à promoção e à proibição da cultura popular?

AAF: A pergunta é sobre como eu acho que funciona ou sobre como eu acho que deveria ser? Acho que os agentes do Estado promovem ou proíbem elementos da cultura popular de acordo com a melhor estratégia que eles definem para se perpetuar no poder através do voto, ou seja, agem de forma a agradar o nicho eleitoral que os elege. Eu acho que o Estado deveria atentar para fomentar a cultura popular através de abatimento de taxas e impostos e financiamento de projetos, como já o faz de um modo geral, mas poderia ser mais abrangente, pois acredito que até mesmo na lógica econômica esse tipo de fomento faça sentido, pois a médio e longo prazo gera mais renda e menos dependência do Estado dos indivíduos, no que diz respeito a saúde, lazer, benefícios, etc. Importante observar que falo de elementos da cultura popular que não sejam segregacionistas ou intolerantes.

RCJ: Qual a relação entre o carnaval e o modelo de cidade atualmente adotado no Rio de Janeiro?

¹ Músico, toca nos blocos pérola da guanabara, virtual, cordão do boitatá, amigos da onça e blocos improvisados (ou "efêmeros", de acordo com o entrevistado).

² Entrevista realizada por Anna Cecília Faro Bonan, Mestranda em Direito Constitucional pela Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

AAF: De um lado há as manifestações alinhadas com o poder público, com horários e trajetos pré-definidos e sujeitos a multas caso não o cumpram, cadastro de ambulantes que podem ter a mercadoria apreendida caso sejam flagrados vendendo produtos que não sejam os patrocinadores oficiais do carnaval, mas que por outro lado são importantes no pagamento aos agentes culturais da folia (músicos, artistas, produtores etc), e o carnaval não-oficial, que sofreu recentemente uma perseguição do poder público, mas que esse ano teve alguma liberdade pra acontecer, acredito que tenha sido pelo fato de que esse mesmo poder público observou que ele fomenta a economia e depende dessa liberdade para angariar seu público, ou seja, é um carnaval dividido entre os grandes projetos econômicos e um novo tipo de organização econômica social que consegue, pouco a pouco, a achar mais seu espaço e se desenvolver com alguma significância.

RCJ: Qual o significado dos chamados "blocos piratas" e quais suas bandeiras e objetivos?

AAF: São blocos que não estão inscritos no circuito de carnaval de rua da prefeitura, e com isso não têm trajetória e horário pré-definidos, nem divulgação em grande mídia, nem apoio de serviços da prefeitura pra desfilar. São desde blocos criados e organizados em cima da hora do desfile até blocos bastante conhecidos, que arrastam milhares de foliões, como o Amigos da Onça. Acredito que a principal vontade dos blocos seja vivenciar uma experiência de liberdade na cidade, em relação ao uso do espaço público, que é normalmente impossível de ser feito ao longo do ano, e subverter a lógica de desfilar a partir das permissões dadas pela prefeitura

RCJ: Vimos que você fez uma marchinha satírica a respeito dos blocos secretos e de quem anda reclamando dos mesmos e compartilhou nas redes sociais. Afinal, o que são os blocos secretos e qual a sua opinião sobre eles?

AAF: Blocos Secretos são blocos piratas que restringem e controlam a divulgação por redes sociais, visando principalmente não desfilar com um número extremo de foliões. Vejo como parte natural do carnaval, pois esse movimento se dá principalmente dos músicos e produção do bloco, que organizam e fazem a festa acontecer, visando o prazer do festejo e até mesmo a responsabilidade enquanto organizador, pois sabemos que uma multidão, ainda mais alcoolizada e drogada, pode gerar transtornos para a cidade e o próprio folião. É necessário haver esse tipo de controle ainda mais em tempos de redes sociais em celulares, em que a divulgação para milhares de pessoas pode se dar em poucos minutos. Vejo isso como excludente, pois há um privilégio de acesso às informações em relação à proximidade de

amizade com os músicos que normalmente organizam a festa; mas não vejo como elitista, pois o local de moradia e classe social dos músicos é bastante variada.

ENTREVISTA COM CHICO OLIVEIRA³⁴

RCJ: Como você analisa as relações entre cultura e direito no contexto brasileiro contemporâneo?

CO: Essa é sem dúvida uma relação complicada. É difícil exercer o direito de trabalhar com cultura e é difícil exercer o direito de ter acesso ao que é produzido de cultura. Eu, que sou músico e carioca, tenho mais facilidade em falar sobre o que diz respeito à música e ao Rio de Janeiro. A fraca legislação que existe pra proteger o trabalho do músico, regulamentando o tamanho da jornada de trabalho, por exemplo, direitos básicos, não é cumprida. Em várias das áreas pobres da cidade até festas de aniversário podem ser embargadas a qualquer tempo pela arbitrariedade policial. Existe cobrança de propina pra realização de eventos, isso fora a proibição na marra de rodas de rima, de bailes funk, etc.. Então nem o morador do local pode curtir um som, nem o mc pode cantar, nem o vendedor vender uma cerveja, e a rua vira propriedade do braço armado do Estado.

RCJ: Qual o papel do Estado em relação à promoção e à proibição da cultura popular?

CO: Na minha opinião o Estado tem uma responsabilidade muito grande na promoção da cultura. O interesse privado nunca terá o papel de garantir a sobrevivência do que temos de importante de legado cultural, assim como nunca terá o papel de abrir espaço para o novo. A música que fizer a casa ficar mais cheia é a que vai ser contratada. A mais escutada é a que vai pro rádio, pra novela. Os artistas mais famosos são os que vão conseguir patrocínio. É o Estado quem representa o dinheiro de todos, o interesse de todos. É o poder público que deve garantir o ensino gratuito de qualidade das artes, a qualidade e distribuição equipamentos culturais, a manutenção dos grupos e a sobrevivência dos trabalhadores. Sobre proibição, isso não era pra existir.. Historicamente a cultura negra e popular sempre foi perseguida, ainda é assim.

³ Músico dos blocos “ocupa carnaval”, “nada deve parecer impossível de mudar”, “noites do norte”, “cordão do boitatá” e “monobloco”.

⁴ Entrevista realizada por Anna Cecília Faro Bonan, Mestranda em Direito Constitucional pela Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

RCJ: Qual a relação entre o carnaval e o modelo de cidade atualmente adotado no Rio de Janeiro?

CO: Infelizmente o modelo de cidade tem total interferência no carnaval. Em tudo. O dinheiro que é gasto com o carnaval da Sapucaí é muito maior do que todo o resto do que é gasto com cultura no ano. Sem falar que é controlado por máfias, jogo do bicho, como sempre foi. Até os enredos dos sambas andaram sendo vendidos pra patrocinadores, teve enredo sobre iogurte e tudo mais... Se por um lado a grande maioria dos blocos não recebe qualquer dinheiro como remuneração pelo trabalho, é comum que queiram responsabilizá-los por colocar banheiro químico, aparece o Ecad querendo cobrar direito autoral e por aí vai. O Carnaval do Rio de Janeiro, um dos maiores eventos culturais do planeta, não é sequer pensado pela secretaria de cultura da cidade, mas sim pela RioTur. É visto pelo que dá de lucro pra hotéis, pra Ambev. Eu arriscaria que quem mais lucra com cultura no mundo é a Ambev, e no Rio ela manda no Carnaval, bota trio elétrico de lata de cerveja, faz roteiro oficial de blocos, usa a cidade como um outdoor, tudo mediado pela prefeitura. Um absurdo. Além disso, eu acho importante dizer que a qualidade musical do carnaval de rua também fica comprometida pelo descaso do poder público, hoje é mais interessante tocar nos blocos de rua pra quem é amador do que pro profissional, não é toda hora que a gente quer trabalhar de graça.

RCJ: Qual o significado dos chamados "blocos piratas" e quais suas bandeiras e objetivos?

CO: O direito de se reunir na rua e agir livremente está garantido pelos primeiros artigos da constituição brasileira, não deveria ser visto como pirata quem usufrui dos próprios direitos. A ocupação das ruas da cidade pelo povo em festa é pra mim o maior dos sentidos da palavra carnaval. Eu entendo que o Estado deve dialogar com os blocos no sentido de minimizar os problemas de trânsito, de prejuízo pra moradores, mas ele não pode nunca embargar nenhuma dessas manifestações culturais. Eu não falo por nenhum bloco nem por nenhum grupo de blocos. Sou integrante de vários, alguns que se relacionam com a prefeitura, como Cordão do Boitatá e Monobloco, e outros que não, como Nada Deve Parecer Impossível de Mudar, Ocupa Carnaval e Noites do Norte. Me parece que no geral a bandeira dos blocos que não pedem autorização tem um fim muito simples, a sua própria realização. Garantir que seja possível fazer a brincadeira na rua sem ter que pedir autorização de ninguém, sem receber ou pagar nada por isso. Eu tenho acordo com essas reivindicações. Alguns, como esses que citei que participo, chegam a ter mais pautas políticas, trazendo pro carnaval as vozes dos movimentos sociais, falando da sociedade como um todo e não apenas do carnaval, mas a maioria dos blocos sem autorização só quer mesmo ocupar as ruas com música e festa, sem ser perturbado pela polícia ou pela prefeitura.

ENTREVISTA COM ISA CARRAL⁵⁶

RCJ: Como você analisa as relações entre cultura e direito no contexto brasileiro contemporâneo?

IC: A cultura não parece ter sido exatamente priorizada pelo direito no contexto brasileiro contemporâneo. É bastante simbólico que uma das primeiras medidas do presidente golpista tenha sido desmantelar o Ministério da Cultura. Os editais são escassos, os contemplados são poucos... mas ao mesmo tempo vemos surgir uma resistência cada vez mais forte e organizada, de artistas de todos os tipos que da mesma forma que impulsionou a recriação do MinC (mesmo que em termos duvidosos), tem potencial para ir muito além. O Ocupa Carnaval também tem feito um trabalho muito bonito de conscientização desta questão da cultura (além de diversas outras, como a privatização da Cedae, por exemplo) através de paródias de marchinhas de carnaval. O Estado brasileiro precisa ser pressionado para voltar seus olhos para a cultura. E para toda a cultura, que no nosso país é muito diversa e tem muita coisa que é completamente invisibilizada.

RCJ: Qual o papel do Estado em relação à promoção e à proibição da cultura popular?

IC: A cultura, de forma geral, é protegida pela Constituição. Um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a integração cultural dos povos latino-americanos. A promoção da cultura é de competência da União e de todos os entes federativos, bem como proteger obras e bens culturais e impedir sua evasão, destruição e descaracterização. Na prática, porém, quanto isso é visto? Muita gente não esquece que na abertura não oficial do carnaval de 2016 os foliões foram dispersados com bombas de efeito moral e balas de borracha. Que as manifestações por cultura são recebidas pela polícia da mesma forma. Que o Ocupa MinC,

5 Integrante dos blocos baque mulher e baques do pina.

6 Entrevista realizada por Anna Cecília Faro Bonan, Mestranda em Direito Constitucional pela Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

que em sua curta existência fez muito mais em matéria de cultura do que qualquer Ministério, foi proibido e desmantelado duas vezes. Mesmo quando o povo quer fazer o que o Estado deveria proteger, é coibido.

RCJ: Qual a relação entre o carnaval e o modelo de cidade atualmente adotado no Rio de Janeiro?

IC: O carnaval está mercantilizado e burocratizado como o Rio de Janeiro atualmente. Ambulante tem que ser legalizado. Só pode vender determinada cerveja. Blocos tradicionalíssimos tiveram que mudar seus lugares e horários de desfile para a conveniência da prefeitura. Tanto o Carnaval quanto a cidade estão sendo dominados pelo interesse financeiro, perdendo seus propósitos iniciais: a brincadeira e o bem-estar social com garantia de direitos, respectivamente.

RCJ: Qual o significado dos chamados "blocos piratas" e quais suas bandeiras e objetivos?

IC: Essa é uma pergunta bastante complexa, até porque os blocos piratas (que não têm autorização da prefeitura) são muitos e esse ano não participei da organização de nenhum deles para ter um conhecimento de causa maior. Mas uma razão geral da existência de boa parte desses blocos me parece ser uma retomada ao objetivo original do carnaval: a brincadeira. São encontros de amigos músicos para proporcionar uma folia, não é para envolver burocracia e prefeitura. Alguns blocos têm bandeiras específicas de luta. O Maria Vem com as Outras, por exemplo, é um bloco só de mulheres construído horizontalmente que esse ano saiu pela resistência LGBTIQ. As ruas podem e devem ser ocupadas por música, alegria e também reivindicações de direitos, não apenas uma vez por ano, mas principalmente nessa época que é o Carnaval.

ENTREVISTA COM LUIZ FONSECA FERNANDES⁷⁸

RCJ: Como você analisa as relações entre cultura e direito no contexto brasileiro contemporâneo?

LFF: Não vejo nenhuma relação direta e sólida aparente, além de um emaranhado de normas a respeito de direitos autorais. Sei que há alguma proteção ao que já é tido como patrimônio cultural, mas isso é dinâmico e subjetivo, escolhido de cima pra baixo, com muita exclusão. A Cultura deveria ser entendida como um direito social, conforme a Constituição, mas o Direito tem feito muito pouco para realizar isso.

RCJ: Qual o papel do Estado em relação à promoção e à proibição da cultura popular?

LFF: O papel do estado deve ser o de não censurar ou impedir a manifestação cultural, mas sempre propondo alternativas para garantir os direitos básicos de todos. Uma gestão saudável e não necessariamente uma promoção lucrativa como tem sido feito com o Carnaval.

RCJ: Qual a relação entre o carnaval e o modelo de cidade atualmente adotado no Rio de Janeiro?

LFF: O carnaval tem papel fundamental na imagem que a cidade passa de verão e festa e até mesmo na atração de turistas de todo o mundo, logo o carnaval se constitui marca da Cidade carioca. Mas o carnaval tem várias facetas e algumas delas são mais exploradas e promovidas, enquanto outras são abandonadas ou até mesmo perseguidas.

7 Músico dos blocos “desce, mas não sobe”, “amigos da onça”, “virtual” e blocos improvisados.

8 Entrevista realizada por Anna Cecília Faro Bonan, Mestranda em Direito Constitucional pela Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

RCJ: Qual o significado dos chamados "blocos piratas" e quais suas bandeiras e objetivos?

LEF: Um bloco pirata é, para mim, a essência do carnaval. Pode ser um grupo pequeno que se forma espontaneamente ou um grande que tem uma breve tradição. Em comum a vontade de se divertir ocupando a cidade e vivendo o carnaval na rua. Sem moldes. As bandeiras podem várias, mas sempre passam pela ocupação dos espaços públicos, das praças e do direito a cidade. O objetivo, em geral, não é mais do que levar arte às ruas!

MANU DA CUÍCA⁹¹⁰

RCJ: Como você analisa as relações entre cultura e direito no contexto brasileiro contemporâneo?

MC: Direito e Cultura: de modo hegemônico, ambos são ferramentas para garantir, arredondar e amaciar o bom funcionamento do sistema capitalista vigente. Numa estratégia de contestação podem estar combinados para provocar fissuras pontuais e serem espaços de acúmulos de força antissistêmica.

RCJ: Qual o papel do Estado em relação à promoção e à proibição da cultura popular?

MC: É uma prática recorrente do estado tentar controlar as manifestações culturais das camadas populares. Isso é feito por proibição, intimidação ou domesticação. Da detenção por quem portava violão no início do século passado aos cerceamentos ao baile funk atualmente. Muitas vezes ocorre a negociação com o estado por uma questão de sobrevivência, vide o caso das escolas de samba. Ao domesticar e capturar, o Estado, a exemplo do que faz com qualquer processo produtivo, também age na privatização da cultura, garantindo que as características do modo de produção capitalista também se imponham na área da cultura.

RCJ: Qual a relação entre o carnaval e o modelo de cidade atualmente adotado no Rio de Janeiro?

9 Compositora. ocupa carnaval e comjna.

10 Entrevista realizada por Anna Cecília Faro Bonan, Mestranda em Direito Constitucional pela Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

MC: O modelo de cidade em que vivemos, que faz da própria cidade uma mercadoria, tem no carnaval uma ótima oportunidade de se afirmar. A tentativa de exigir dos blocos de rua requisitos só alcançados com o patrocínio de empresas, a subordinação do carnaval à pasta do turismo, a criação de uma lógica que favorece blocos comerciais e a entrega do carnaval do Sambódromo - com equipamento e dinheiro públicos - para mãos empresariais são alguns exemplos disso.

RCJ: Qual o significado dos chamados "blocos piratas" e quais suas bandeiras e objetivos?

MC: Entendo como blocos piratas aqueles que não reivindicam ao estado o direito de existirem. São múltiplos e de características variadas, mas no fundo todos se recusam a compactuar com a lógica privatizante a que o carnaval de rua cada vez mais está submetido.

ENTREVISTA COM MARINA MAIA¹¹²

RCJ: Como você analisa as relações entre cultura e direito no contexto brasileiro contemporâneo?

MM: Acredito que de forma básica o direito protege a cultura, mas talvez precise ser um pouco mais flexível e orgânico assim como a vida é. Entender que cultura é algo que o povo faz que influencia a sociedade, por exemplo.

RCJ: Qual o papel do Estado em relação à promoção e à proibição da cultura popular?

MM: Acho que o Estado não deve proibir qualquer tipo de cultura popular. O Estado deve proibir tudo o que propositadamente faz mal a alguém. Cultura não faz mal, cultura traz autoconhecimento. Nem tudo é do gosto de todos e, por isso, é papel do Estado organizar espaços públicos para que todas as pessoas aproveitem o que querem.

RCJ: Qual a relação entre o carnaval e o modelo de cidade atualmente adotado no Rio de Janeiro?

¹¹ Música dos blocos orquestra voadora, afrojazz, musicalidade (cujo público alvo é a 3a idade), truque do desejo, agytoê e com as marias (ou maria vem com as outras).

¹² Entrevista realizada por Anna Cecília Faro Bonan, Mestranda em Direito Constitucional pela Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

MM: O Carnaval de rua do Rio tem - há já uma década e mais intensamente nos últimos anos - vivenciado uma revolução de retomada da rua. As pessoas estão se organizando para brincar como e, mais importante, onde querem. Enquanto nos últimos anos o Estado tem tentando burocratizar o Carnaval, as pessoas agentes carnavalescas estão tentando humanizar o Carnaval. Nasce da gente um bloco, nasce da gente um roteiro, nasce da gente uma discussão social importante sobre representatividade e sobre locais de apresentações. No Carnaval de rua do Rio temos visto, na verdade, uma total não relação com o Estado visando o respeito aos funcionários públicos que trabalham nas ruas e também um total respeito à cidade.

RCJ: Qual o significado dos chamados "blocos piratas" e quais suas bandeiras e objetivos?

MM: São blocos não oficiais. Acho que o significado e o objetivo dos blocos que saem sem autorização são exatamente o que eu falei anteriormente: retomar as ruas, humanizar o Carnaval. O que acredito que a maioria de nós quer é mostrar que a rua é pública e não se deve ter uma autorização para que se esteja nela.

RCJ: Você faz parte de um bloco que tem uma bandeira feminista, Maria vem com as outras. Como se formou esse bloco?

MM: As Marias nasceram da nossa vontade de protagonizar no Carnaval também. Todas já nos sentimos preteridas em blocos com homens e queríamos um espaço no qual nós fôssemos ouvidas nas nossas decisões e opiniões. Ele foi organizado completamente de forma horizontal. Foram muitas discussões para tomarmos decisões e reuniões e tudo valeu a pena.